



PLANOS CLIMÁTICOS PARA A POPULAÇÃO

Participação da sociedade civil e das comunidades nos planos de ação nacionais sobre mudanças climáticas

Em 2024, os países apresentarão suas novas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) como compromissos para o combate às mudanças climáticas. Esses planos impactam a todos e, portanto, devem ser inclusivos. As práticas em 11 países mostram que os principais atores não foram suficientemente incluídos nesse processo, com muitas partes interessadas ausentes, principalmente de comunidades e organizações da sociedade civil. O envolvimento das pessoas nos planos climáticos nacionais é essencial para promover um ambiente social, econômico e político sustentável, equitativo e inclusivo para a ação climática. Para isso,

- A UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima) deve insistir na inclusão das vozes dos mais afetados.
- Os governos devem melhorar a transparência, a participação e a responsabilidade, garantindo a inclusão dos grupos marginalizados afetados.
- As agências e os doadores da ONU devem dar apoio à sociedade civil e promover ativamente a inclusão.
- A sociedade civil deve desenvolver a capacidade de lidar com as mudanças climáticas, pressionar pela inclusão e apoiar o envolvimento das comunidades.

© Oxfam International, março de 2024

O presente documento foi escrito por Christina Hill e Duncan Pruett. A Oxfam agradece a ajuda de *Daniel Boyco, Selma Gomes, Mohammed Emran, Pia Zeinoun, Tatat Tatat, Moumouni Compaore, Mohammed Fadel Diop, Hadaogo Yougbare, Alaka Lugonzo, Annie Sikanwe, Romao Xavier, Leonard Unganai, Suyana Huamani Mujica, Jackson Muhindo, Khim Sok, Sarah Farheen Khan, Sina Yun, Raghda Daboub, Leader van der Linden, Peter Riggs, Nafkote Dabi* em sua produção. Este faz parte de uma série de documentos elaborados para informar o debate público sobre questões de políticas humanitárias e de desenvolvimento.

Para mais informações sobre as questões abordadas no presente documento, envie um e-mail para advocacy@oxfaminternational.org

A presente publicação é protegida por direitos autorais, no entanto, o texto pode ser usado gratuitamente para fins de defesa de uma causa, campanha, educação e pesquisa, desde que a fonte seja citada na íntegra. O detentor dos direitos autorais solicita que todas essas formas de uso sejam registradas junto dele para fins de avaliação de impacto. Para efetuar cópias em quaisquer outras circunstâncias, ou para reutilização em outras publicações, ou para tradução ou adaptação, é necessário obter permissão, podendo ser cobrada uma taxa. E-mail

policyandpractice@oxfam.org.uk.

As informações contidas na presente publicação estão corretas no momento da impressão.

Publicado pela Oxfam Novib para a Oxfam International em março de 2024. DOI: 10.21201/2024.000019

Oxfam GB, Oxfam House, John Smith Drive, Cowley, Oxford, OX4 2JY, Reino Unido.

Foto da capa: Participantes da sociedade civil local, empresas e governo em um workshop da Oxfam sobre a Contribuição Nacionalmente Determinada no estado de Bauchi, na Nigéria. Por: Kenneth Akpan..

INTRODUÇÃO

Antes da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas no Brasil, em 2025, conhecida como COP30, espera-se que todos os 195 países, que assinaram o Acordo de Paris de 2015 sobre mudanças climáticas, revisem seus planos climáticos nacionais em face do agravamento dos impactos climáticos e da urgência em tomar "medidas urgentes e dar apoio para manter a meta de 1,5°C dentro do alcance".² A mensagem do primeiro Balanço Global das Nações Unidas é nítida: "o mundo precisa aumentar seu nível de ambição se quiser evitar o pior." O momento para uma maior participação da sociedade civil e da comunidade nesses planos climáticos nacionais é agora.

Os planos climáticos nacionais, na forma de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), referem-se às decisões e aos planos dos países sobre como eles responderão às mudanças climáticas para cumprir aos objetivos do Acordo de Paris. Embora os planos climáticos e as NDCs devessem envolver toda a sociedade, a realidade está muito distante. De forma intencional ou não, os países estão atrasados em seus esforços para serem inclusivos na elaboração de seus planos climáticos.

A falta de participação tem implicações profundas. Para que a resposta climática seja confiável, as NDCs devem conter compromissos e planos de diversos setores, incluindo emprego, alimentos e agricultura, energia e combustíveis, uso da terra, transporte, habitação, saúde, biodiversidade e florestas, água e infraestrutura. Para serem bem-sucedidas, também precisarão estar vinculadas às principais políticas financeiras e econômicas. Os compromissos setoriais podem impactar desproporcionalmente a vida daqueles que estão sub-representados - mulheres, povos indígenas, quilombolas, pessoas negras, pequenos agricultores e comunidades que já suportam o peso dos impactos das mudanças climáticas existentes. Em resumo, as NDCs tratam da reforma dos sistemas econômicos, sociais e políticos nacionais para criar um futuro mais sustentável. As NDCs inclusivas oferecem uma oportunidade de combater a desigualdade que anda de mãos dadas com as mudanças climáticas.

As mudanças que precisam ser feitas para combater a crise climática exigirão que toda a sociedade tenha uma palavra a dizer e desempenhe um papel, desde empresas e governos até a sociedade civil e grupos comunitários. As pessoas precisam e têm o direito de participar da discussão e de estar envolvidas nos planos locais e nacionais, uma vez que suas percepções, suas experiências, seus conhecimentos e suas soluções são extremamente valiosos e uma vez que os planos irão impactá-las. As comunidades rurais precisam de conhecimento e recursos para adotar modelos agrícolas mais sustentáveis³, além de uma maior resiliência às mudanças nos padrões climáticos, e precisam de "redes de segurança" para reconstruir suas comunidades, quando uma enchente ou algum outro desastre relacionado ao clima destrói seus bens. Outros atores da sociedade também são impactados ao tentarem reduzir as emissões de gases de efeito estufa. As empresas estão tendo dificuldades para fazer a

"As Contribuições Nacionalmente Determinadas - ou NDC - formam a base para que os países atinjam os objetivos do Acordo de Paris. Elas contêm informações sobre metas, políticas e medidas para a redução das emissões nacionais e para a adaptação aos impactos das mudanças climáticas. As NDC contêm igualmente informações sobre as necessidades ou o fornecimento de financiamento, tecnologias e capacitação para essas medidas. Os países comunicam NDC novas ou atualizadas a cada cinco anos, a partir de 2020."⁴

Relatório de síntese de NDC de 2023, UNFCCC

transição dos combustíveis fósseis para os renováveis, e as famílias de baixa renda muitas vezes simplesmente não podem se dar ao luxo de "se tornar verdes". A terra, a água e outros recursos naturais dos quais os povos indígenas e outras comunidades locais dependem estão sendo contaminados ou perdidos devido à mineração de minerais de transição ou de projetos de energia renovável, ou como resultado de esquemas controversos de compensação de carbono⁴. Ao mesmo tempo, há uma variedade impressionante de soluções locais que estão sendo desenvolvidas em toda a sociedade, como a adaptação por meio de sementes resistentes ao clima, produzidas em programas locais de seleção e iniciativas locais de energia renovável apoiadas pela comunidade. Toda a sociedade é afetada, deve ter voz ativa e pode fazer parte da solução, aumentando a ambição dos planos nacionais.

Dirigindo-se a governos, a doadores, à sociedade civil e a outras partes interessadas, este documento defende que os planos climáticos nacionais devem ser inclusivos e que a população deve participar ativamente deles, como um direito, uma necessidade estratégica e uma questão de justiça climática.

Primeiro, analisamos por que uma maior inclusão nas NDCs é necessária e essencial para aumentar a ambição climática de uma forma que combata a desigualdade e sugerimos princípios para alcançar esse objetivo. Em seguida, apresentamos os desafios à inclusão com base em nossa análise das práticas em 11 países onde a Oxfam opera. Embora os países analisados estejam todos no Sul Global, as conclusões de outras pesquisas indicam desafios semelhantes no Norte Global. Por fim, fazemos recomendações sobre o que as diferentes partes interessadas precisam fazer agora para progredir em direção a planos climáticos nacionais que sejam verdadeiramente de toda a sociedade. A intenção desta nota não é nomear e envergonhar países específicos pelos desafios que enfrentam, mas sim, ao resumir as lacunas e limitações recorrentes na participação da população nos processos das NDCs e destacar o que precisa ser feito para melhorar a participação em todos os países. Os planos climáticos dizem respeito a todos.

CONTRIBUIÇÕES NACIONALMENTE DETERMINADAS

POR QUE SÃO IMPORTANTES?

As NDCs são mais do que meros documentos de políticas, elas representam as promessas que os países fazem uns aos outros e aos seus próprios cidadãos para enfrentar a crise climática.

Embora o Acordo de Paris estabeleça as obrigações e os objetivos gerais do Estado para a ação climática e as cúpulas climáticas da ONU (COP) adotem decisões, que devem moldar as políticas e medidas de cada país, cada país deve decidir sobre as medidas exatas, na forma de NDC, a serem adotadas para cumprir os objetivos do Acordo de Paris. Isso torna a NDC uma

*"... As Partes devem, ao tomar medidas para fazer face às mudanças climáticas, respeitar, promover e ter em conta as respectivas obrigações em matéria de direitos humanos, direito à saúde, direitos dos povos indígenas, das comunidades locais, dos migrantes, das crianças, das pessoas com deficiência e das pessoas em situações vulneráveis e o direito ao desenvolvimento, bem como igualdade de gênero, o empoderamento das mulheres e a equidade entre gerações."*⁵

Preâmbulo, Acordo de Paris, 2015

ferramenta vital e abrangente, que representa o compromisso que cada país⁶ assume para ajudar a atingir a meta de buscar esforços para limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, adaptar-se aos impactos climáticos e garantir financiamento suficiente para suportar esses esforços. As NDCs devem ser atualizadas a cada cinco anos com uma ambição progressivamente maior, com base nos recursos e capacidades de cada país⁷. Na COP28, em dezembro de 2023, foi decidido que os países deveriam enviar NDCs atualizadas até fevereiro de 2025. Essas atualizações periódicas representam oportunidades para um maior envolvimento da população nos planos climáticos nacionais.

As NDCs reúnem os diferentes elementos da ação climática em um único compromisso público nacional, incluindo planos em diversos setores, incluindo emprego, alimentos e agricultura, energia e combustíveis, uso da terra, transportes, habitação, saúde, biodiversidade e florestas, água e infraestrutura. Além disso, as NDCs estão estreitamente associadas às principais políticas financeiras e econômicas, incluindo o orçamento, a tributação, a política industrial e a política de investimento de um país.

Dado o impacto profundo das NDCs e o ônus que elas podem criar na sociedade, é imperativo que elas sejam compartilhadas de forma justa. Se o ônus não for compartilhado de forma justa, as políticas climáticas poderão ter impactos desproporcionais sobre a vida de mulheres, povos indígenas, quilombolas, pessoas negras, pequenos agricultores e comunidades que já suportam o peso dos impactos das mudanças climáticas existentes. As pessoas mais afetadas pelas mudanças climáticas e mais vulneráveis aos seus impactos devem ser o centro das respostas para mitigar e se adaptar a essas mudanças⁸. Em nossa opinião, essas comunidades, e em geral a sociedade civil, precisam ser representadas nas NDCs.

POR QUE RAZÃO A POPULAÇÃO DEVE PARTICIPAR DAS NDCS?

A inclusão da população nas decisões climáticas é um direito

A participação pública não é apenas essencial, é um direito reconhecido em tratados internacionais e regionais⁹ e compromissos políticos, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável¹⁰, adotados em níveis multilaterais e ratificados pelos Estados. Direito de opinar sobre como os governos respondem à crise climática e de que suas opiniões sejam levadas em consideração nos planos que são criados. Garantir a participação da população, de comunidades e da sociedade civil nos processos nacionais de planejamento climático também é consistente com o Acordo de Paris, que apela a uma maior participação pública na implementação das NDCs por meio de educação sobre mudanças climáticas, treinamento, conscientização pública e acesso público às informações¹¹. Além disso, o "Paris Rulebook"¹² (livro de regras do Acordo de Paris) estabelece que os Estados devem fornecer informações sobre o processo de planejamento que seguem, incluindo "a participação pública e a interação com comunidades locais e povos indígenas, de forma sensível às questões de gênero". Os participantes devem incluir a sociedade civil, o setor privado, as instituições financeiras, os municípios e outras autoridades

subnacionais, as comunidades locais, quilombolas e os povos indígenas. Os agricultores e as comunidades rurais, as mulheres e os jovens também têm um papel importante a desempenhar na resposta às mudanças climáticas e no cumprimento das metas do Acordo de Paris¹³.

O acordo também reconhece, por um lado, a relação entre as medidas, as respostas e os impactos das mudanças climáticas e, por outro, o acesso equitativo ao desenvolvimento sustentável e à erradicação da pobreza. Ao afirmar a necessidade de uma transição justa da força de trabalho e a criação de empregos decentes e de qualidade, o acordo também insiste no envolvimento das organizações de trabalhadores. Finalmente, também reitera que os Estados que fazem parte do Acordo de Paris têm obrigações para com os direitos humanos e devem promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. E, por fim, o acordo enfatiza igualmente a importância do conceito de "justiça climática"¹⁴. Um componente fundamental da justiça climática é a justiça processual, que dá ênfase a tomada de decisões justas, transparentes e inclusivas.

Peru e Uganda: Exemplos promissores de NDC inclusivas

No Peru, a Organización Nacional de Mujeres Indígenas Andinas y Amazónicas del Perú (ONAMIAP), parceira da Oxfam, participou e influenciou a busca de consenso entre as organizações indígenas e apresentou questões cruciais para as mulheres indígenas e suas comunidades no processo do Consentimento Livre, Prévio e Informado para a regulamentação da Lei de Mudanças Climáticas. Consequentemente, foi criada a Plataforma Nacional Indígena sobre Mudanças Climáticas como um espaço institucional onde o governo e as organizações indígenas podem articular e discutir propostas indígenas de adaptação e mitigação que formam a base para uma NDC mais inclusiva.

Em Uganda, a Climate Action Network Uganda, parceira da Oxfam, realizou consultas subnacionais em diferentes regiões do país, para garantir que as comunidades impactadas diretamente pelas mudanças climáticas fossem ouvidas durante a análise do plano climático nacional e desempenhou um papel no aumento do conhecimento e do envolvimento da população na NDC, especialmente em comunidades vulneráveis. Além disso, os planos climáticos nacionais devem abordar a questão premente de quanto tudo isso custará e quanto será coberto por fontes domésticas e fundos climáticos internacionais. Atualmente, os parceiros da Oxfam em Uganda e na Nigéria estão explorando abordagens de monitoramento orçamental do cidadão para promover uma melhor governança e transparência nas discussões sobre o orçamento climático.

A inclusão está no centro das soluções climáticas

A inclusão da população nos planos climáticos nacionais não só é um direito que está em linha com os princípios de justiça climática, como também pode ajudar a combater os sistemas que perpetuam a desigualdade e comprometem a justiça climática. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) reconhece que as "abordagens baseadas em direitos que se focam na capacitação, na participação significativa dos grupos mais vulnerabilizados e em seu acesso a recursos essenciais, inclusive financeiros" podem reduzir as

vulnerabilidades estruturais às mudanças climáticas¹⁵.

O conhecimento das comunidades locais sobre seus próprios ecossistemas é um elemento vital para uma conservação e restauração eficazes. A não inclusão desse conhecimento nos planos climáticos, ou a implementação de planos que não sejam apoiados pela população local, provavelmente fracassará e levará a resultados negativos ou a uma maior desigualdade¹⁶. Por exemplo, um estudo sobre avaliações de necessidades tecnológicas destacou a importância do envolvimento das partes interessadas para garantir que essas avaliações sejam baseadas no melhor conhecimento disponível e que as necessidades e preferências das partes interessadas sejam consideradas¹⁷.

O processo da NDC do Peru é frequentemente apontado como um exemplo de forte inclusão de uma ampla gama de partes interessadas da sociedade civil. O Peru consolidou alianças entre grupos de partes interessadas, criando uma conscientização em massa para apoiar e monitorar a implementação da NDC e promovendo o envolvimento e a apropriação das partes interessadas, melhorando assim a capacidade de adaptação e o potencial de mitigação¹⁸.

Outros possíveis benefícios resultantes da inclusão de comunidades vulneráveis na tomada de decisões incluem o desenvolvimento de resiliência entre comunidades e ecossistemas vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas¹⁹, a apropriação política por parte das comunidades²⁰, a adesão das partes interessadas²¹, a promoção de uma governança eficaz²² e a busca de um consenso em toda a sociedade sobre a ação climática e a ambição das NDCs²³.

A exclusão compromete a ambição e a ação climática no Brasil

Durante o governo anterior, liderado pelo presidente Jair Bolsonaro, não houve participação da sociedade civil na primeira análise da NDC do Brasil. O Fórum Brasileiro de Mudanças do Clima, um órgão participativo e consultivo com mais de 650 participantes, foi paralisado e sua operação ficou restrita a poucas pessoas. Isso fez parte de uma estratégia mais ampla para dismantlar as políticas e instituições ambientais, incluindo cortes orçamentários significativos e a perseguição de defensores do meio ambiente, o que atrasou significativamente a agenda de mitigação, adaptação e resiliência climática do Brasil. Com sua ausência nos espaços oficiais, os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil (OSC) sentiram que seu acesso a informações relevantes sobre a política ambiental do país foi comprometido. As decisões tomadas à porta fechada pelos gerentes foram vistas, por exemplo, como tendo afetado negativamente as medidas tomadas para combater incêndios e desmatamento em biomas sensíveis, como a floresta amazônica, o Pantanal e o Cerrado.

NDCs inclusivas são cruciais para os esforços climáticos globais

No final de 2023, foi concluído o primeiro Balanço Global (GST, na sigla em inglês), o processo de avaliação do progresso coletivo para atingir o objetivo e as metas de longo prazo do Acordo de Paris. O GST concluiu que o mundo não está no caminho certo para atingir as metas de longo prazo do

Acordo de Paris e que agora é o momento de intensificar rapidamente a ação²⁴. Desde a rodada anterior de NDC, o GST não só confirmou que há mais urgência, como também mais compreensão das questões, mais envolvimento do governo e das partes interessadas, e mais motivos para acreditar que os ministérios do planejamento e da fazenda respeitarão e seguirão os compromissos das NDCs. O GST também ressaltou que as políticas e medidas necessárias para promover a resiliência climática e o desenvolvimento com baixa emissão de gases de efeito estufa podem se auxiliar mutuamente por meio de abordagens de toda a sociedade e da elaboração de políticas integradas e inclusivas. Há algumas evidências que sustentam a afirmação de que uma maior participação pode contribuir para uma maior ambição. O trabalho do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) constatou que muitos países, embora não todos, que foram avaliados como mais inclusivos e sensíveis às questões de gênero na avaliação e na definição de metas, ou que usaram uma abordagem direcionada em suas consultas, tinham planos climáticos nacionais mais ambiciosos, tanto do ponto de vista da mitigação quanto da adaptação²⁵.

A ligação entre as NDCs e o financiamento climático também está se tornando mais bem compreendida, com os orçamentos detalhando as necessidades de financiamento climático agora incluídos em 46% dos planos enviados²⁶. Até o final de 2024, deve ser acordada uma Nova Meta Coletiva Quantificada (NCQG, na sigla em inglês) para o financiamento climático, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, substituindo a meta atual de 100 bilhões de dólares americanos por ano. A NCQG precisará considerar as necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento e apoiar um caminho em direção às baixas emissões de gases de efeito estufa e ao desenvolvimento de resiliência ao clima. As NDCs precisarão ser participativas para refletir um esforço de toda a sociedade no sentido de aumentar a ambição de mitigação e adaptação. À medida que as NDCs se tornam mais relevantes e que a pressão para aumentar a ambição cresce, será ainda mais importante que a população se envolva mais profundamente na discussão.

A população continua excluída

Apesar dos benefícios da inclusão e dos esforços nesse sentido, há uma conscientização crescente de que, em muitos locais, as principais partes interessadas ainda não fazem parte da conversa. A UNFCCC ressaltou, em 2021, que "As partes interessadas consultadas nas NDCs provêm principalmente de ministérios do governo. Embora em alguns casos elas incluam organizações não governamentais e o setor privado, as comunidades locais são as partes interessadas menos consultadas durante o processo"²⁷.

O Instituto Nacional Dinamarquês de Direitos Humanos analisou as reivindicações feitas nas NDCs apresentadas pelos governos, constatando que "A maioria das apresentações (90%) se refere à participação das partes interessadas no desenvolvimento da NDC ou PNEC²⁸. Um número ligeiramente inferior (81%) identifica o envolvimento de um tipo de interveniente não estatal (por exemplo, ONG, acadêmicos, especialistas). Um número inferior (69%) explica como os participantes foram envolvidos.

É necessária uma análise mais aprofundada para avaliar a qualidade desse envolvimento de uma perspectiva de direitos humanos.²⁹ A agência de desenvolvimento alemã GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit) realizou uma análise mais aprofundada e expressou preocupação com o fato de que "as limitações à participação significativa nos processos de NDC afetam a adesão e a capacidade de implementação de toda a sociedade"³⁰.

Se a exclusão ocorre por falta de recursos, como um erro de omissão ou de forma premeditada, isso é problemático. A exclusão pode refletir e reforçar desigualdades já existentes dentro e entre grupos que podem estar sofrendo os impactos climáticos de forma diferente. Se os planos para combater as mudanças climáticas estiverem sendo criados isoladamente por elites e tecnocratas, sem uma apropriação mais ampla, é provável que fracassem, pois serão menos eficazes, menos justos e menos propensos a obter o apoio do público em geral.

As mudanças climáticas dizem respeito a todos. Um envolvimento mais profundo nos planos climáticos ajudará a garantir que todos participem, apoiem e possam fazer sua parte. A Oxfam acredita que as NDCs devem:

- Efetivar acordos e compromissos políticos entre diferentes partes da economia nacional necessários para reduzir as emissões, como na agricultura, no sistema alimentar, no setor energético, na indústria, no gerenciamento de resíduos, nos transportes, na silvicultura etc.
- Ajudar as pessoas mais afetadas pelo impacto das mudanças climáticas a participarem dos espaços de tomada de decisões sobre o clima e a acessarem recursos financeiros para se adaptarem aos impactos das mudanças climáticas, como o aumento das temperaturas, a escassez de água e outros relacionados a eventos climáticos extremos e impactos de evolução lenta.
- Garantir que os planos nacionais identifiquem e abordem o impacto das medidas climáticas de forma a respeitar os direitos humanos, levando em consideração a idade, a raça, a etnia, os conflitos e a classe econômica. Em todos os setores e comunidades afetados, as opiniões dos principais grupos sociais devem ser levadas em consideração e incorporadas de forma adequada, ao mesmo tempo em que se dá feedback sobre como isso foi executado por meio de processos de participação estruturais e inclusivos.
- Ser sensível às questões de gênero. Isso significa não apenas incluir as organizações de direitos das mulheres, mas também que os orçamentos e as metas sejam desenvolvidos com uma perspectiva de gênero. A conscientização também deve incluir informações sobre as associações entre a desigualdade de gênero e as mudanças climáticas.
- Garantir que a transição energética seja justa, e esteja organizada de forma que as entidades com maior responsabilidade e capacidade sejam obrigadas a fazer o "trabalho pesado", e que as pessoas afetadas tenham uma participação significativa no projeto e na implementação das políticas de transição, garantindo que a transição da energia renovável reduza, em vez de agravar, as desigualdades e injustiças.³¹

- Respeitar o direito dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais ao consentimento livre, prévio e informado antes de adotar medidas que possam afetá-los.
- Assegurar que os direitos à terra e à água das comunidades quilombolas, comunidades agroextrativistas e dos povos indígenas sejam protegidos antes da adoção de medidas, especialmente aquelas relacionadas à mudança no uso da terra, que possam afetá-los.
- Alinhar-se com as prioridades de desenvolvimento do país e ser suficientemente ambiciosas para atingir as metas do Acordo de Paris.
- Incluir orçamentos abrangentes, deixando claro o financiamento climático adicional necessário acima dos orçamentos domésticos em países de baixa renda para cumprir as metas e aumentar sua ambição ("orçamento condicional").
- Ser coerentes com outros planos e políticas climáticas, tais como planos de adaptação locais e nacionais e estratégias de desenvolvimento de longo prazo com baixa emissão de gases de efeito estufa (LTS),³² além de serem coerentes com políticas energéticas, industriais, fiscais e outras. Idealmente, o ministério do clima ou do meio ambiente deve liderar o processo em conjunto com um ministério da fazenda ou do planejamento.

UMA OLHADA AO REDOR DO MUNDO: QUEM ESTEVE ENVOLVIDO E QUEM FOI DEIXADO DE FORA NOS PROCESSOS DE NDC?

Ciente da necessidade de superar as desigualdades dentro da sociedade, que podem perpetuar e aprofundar a exclusão da população nos processos climáticos nacionais, a Oxfam realizou uma pesquisa de escopo em 11 países onde trabalha para entender melhor os desafios da inclusão e ajudar os governos, os doadores e a sociedade civil a enfrentá-los. Os estudos foram conduzidos por pesquisadores locais em Bangladesh, no Brasil, no Camboja, no Chade, na Indonésia, no Quênia, em Moçambique, no Território Palestino Ocupado, no Senegal, na Zâmbia e no Zimbábue. Eles foram complementados por aprendizados das próprias atividades da Oxfam para aumentar o envolvimento da sociedade civil e das comunidades nos processos de NDC em Burkina Faso, no Peru e em Uganda. informações específicas de cada país pode ser solicitadas ao autor.

O estudo investigou os pontos fracos e fortes dos recentes processos nacionais de planejamento climático, bem como os fatores que levaram à exclusão das opiniões das comunidades afetadas pelo clima, das mulheres, dos jovens, dos povos indígenas e de muitos outros. A participação da "população" pode assumir várias formas. Em nossa pesquisa, esse termo englobou organizações da sociedade civil (OSC) nacionais e locais, muitas vezes ligadas a questões específicas e a setores ou grupos sociais. Também incluiu as comunidades locais e os povos indígenas, muitas vezes na forma de organizações comunitárias (OC).

Conclusões: Quem esteve envolvido?

Com base em nossa pesquisa, os ministérios, as agências e os órgãos de coordenação do governo (como os conselhos nacionais de mudança climática) são, conforme previsto, os principais atores envolvidos no desenvolvimento de todas as NDCs. Do ponto de vista da participação, isso não é necessariamente um problema, a não ser que a participação do governo em consultas públicas, por exemplo, seja vista como uma forma de oprimir ou afastar a participação de outras partes interessadas. Por exemplo, em um dos países mais inclusivos estudados, em um workshop de consulta nacional sobre a NDC, os ministérios do governo representaram quase metade de todos os participantes, enquanto a sociedade civil e o setor privado juntos representaram apenas 10%.

As agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e os parceiros de desenvolvimento (como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, o PNUD,³³ a ONU MULHERES, o Programa Mundial de Alimentos e o Banco Mundial) desempenharam um papel proeminente em pelo menos três dos processos de planos climáticos nacionais estudados, gerenciando processos ou aconselhando governos sobre o conteúdo ou o processo de preparação de suas NDCs. Embora essas agências possam fazer contribuições valiosas, alguns dos entrevistados para nossa pesquisa expressaram a preocupação de que, devido aos recursos de financiamento climático que as agências acessam,³⁴ e à influência que têm sobre os governos, elas podem estar afastando inadvertidamente a sociedade civil e as comunidades locais, que podem não ter os recursos e a influência de que desfrutam as agências da ONU.

Em muitos dos países que estudamos, foi relatado que os consultores também desempenharam um papel proeminente no desenvolvimento de planos climáticos nacionais. Embora por vezes necessário, alguns entrevistados consideraram problemática a dependência excessiva de empresas estrangeiras de consultoria, uma vez que o conhecimento especializado local foi deixado de parte e a apropriação nacional do processo foi comprometida.

Na maioria dos países, os representantes do setor privado foram incluídos, assim como os acadêmicos e grupos de reflexão (think tanks). Pelo menos em dois países, os principais informantes consideraram esse envolvimento insuficiente. Por outro lado, considerou-se que alguns processos tinham uma natureza excessivamente tecnocrática, envolvendo principalmente cientistas e especialistas, ao passo que a representação mais ampla das partes interessadas era limitada. O envolvimento de acadêmicos, grupos de reflexão e outras organizações especializadas³⁵ em tais circunstâncias não foi visto como um processo amplo e inclusivo.

Em quatro países, a sociedade civil foi formalmente representada em comitês nacionais de mudanças climáticas, grupos de trabalho técnicos ou comitês diretivos, juntamente com outros grupos de partes interessadas. Contudo, na maioria dos países, essas estruturas incluíam apenas o governo. Nos casos em que essas estruturas incluíam a sociedade civil, esta era, de uma forma geral, significativamente menos numerosa do que outros grupos de partes interessadas.

É justo dizer que, em todos os países estudados, os processos de NDC foram dominados por elites, incluindo não apenas o governo, mas também agências da ONU, organizações internacionais (e, em alguns casos, nacionais) especializadas ou de especialistas e indivíduos. Esses padrões de participação podem, por si só, levar à exclusão da sociedade civil e das comunidades, particularmente daquelas que estão longe das grandes cidades, ou daquelas que não se sentem à vontade em ambientes que não levam em consideração suas opiniões, suas culturas ou seus idiomas, ou em situações em que as relações de poder são altamente desiguais.

Como foi a participação da sociedade civil?

Embora o mais recente relatório de síntese da NDC do órgão do tratado sobre o clima da ONU, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC, na sigla em inglês), afirme que houve progressos nessa área,³⁶ a pesquisa da Oxfam sugere que esses progressos são limitados. Com exceção da Zâmbia, a participação da sociedade civil enfrentou muitos desafios nos países estudados.

Zâmbia: Um estudo de caso promissor em NDCs participativas

Na Zâmbia, a revisão mais recente da NDC mostrou uma mudança positiva no sentido de uma maior inclusão e participação em comparação com o primeiro processo de NDC. O recente processo de NDC foi orientado por um roteiro claro e um processo bem planejado, envolveu um vasto grupo de partes interessadas (muitas vezes por meio de organizações centrais [guarda-chuva] e promoveu a transparência. É importante ressaltar que as partes interessadas entrevistadas afirmaram que havia vontade política e governamental para um processo que envolvesse as partes interessadas da sociedade civil.

Ainda existem desafios - a falta de envolvimento das partes interessadas de base, como os agricultores e as organizações de direitos das mulheres -, mas o processo é um exemplo promissor de um processo participativo de revisão da NDC.

A participação da sociedade civil ou das comunidades nos processos de NDC³⁷ foi inexistente em dois países e limitada nos nove restantes. Em outras palavras, as comunidades e a sociedade civil foram frequentemente excluídas. Muitas vezes, quando havia inclusão, ela era vista como seletiva, de modo que alguns intervenientes tinham maior chance de participação do que outros, com base em sua proximidade, relacionamento com o governo ou conhecimento especializado reconhecido, enquanto outros poderiam ser excluídos por falta de recursos ou por omissão intencional. Em seguida, apresentamos exemplos da participação da sociedade civil nos países que estudamos:

- O primeiro processo de NDC em um país envolveu algumas Organizações da Sociedade Civil (OSCs), mas principalmente aquelas com um relacionamento próximo com o governo, de acordo com os entrevistados. As OSCs focadas em direitos humanos e questões de justiça social, ou aquelas que estavam defendendo a descontinuidade da extração de carvão, foram logo excluídas das discussões sobre a NDC. Os processos subsequentes de NDC excluíram completamente a sociedade civil.

- Os comitês técnicos e os processos de consulta em um país envolveram a sociedade civil (incluindo redes de jovens), juntamente com outros grupos de partes interessadas, mas isso foi limitado a grupos de elite da sociedade civil, de acordo com as partes interessadas que entrevistamos. As organizações locais comunitárias foram excluídas.
- Em outro país, embora alguns representantes da sociedade civil fossem membros do Comitê Nacional de Mudanças Climáticas e de grupos de trabalho, não havia critérios claros para sua seleção entre as muitas outras OSCs e instituições que poderiam ter interesse em participar. Aqueles que não fizeram parte do processo não estavam cientes das discussões que estavam sendo realizadas.
- Em outro país, a participação da sociedade civil nos processos de NDC foi dominada por algumas ONGs internacionais de maior dimensão (incluindo a Oxfam no primeiro processo de NDC) e pelo principal órgão nacional da sociedade civil de membros; as solicitações do governo para contribuições da sociedade civil passaram por esse órgão. Da mesma forma, em três outros países, a participação da sociedade civil se limitou apenas a algumas ONGs/OSCs de maior dimensão ou à rede nacional de mudanças climáticas baseada em membros. Em um desses três países, essa participação diminuiu entre a primeira NDC e o processo de revisão da NDC.
- Em vários países, tem havido uma dependência de um órgão ou rede nacional de membros sobre questões climáticas ou ambientais e uma suposição de que essas entidades representam as necessidades das comunidades ou as prioridades de seus membros nos processos de planos climáticos nacionais. No entanto, fatores como prazos apertados, recursos financeiros e humanos limitados e pouca conscientização sobre a importância das NDCs ou dos processos nacionais de planejamento climático por vezes parecem ter dificultado o cumprimento dessas funções por parte de algumas redes representativas. Por exemplo, em um país, o órgão nacional simplesmente não tinha os recursos para consultar seus membros ou representantes de comunidades vulneráveis ao clima no segundo processo de NDC. No entanto, nem sempre foi esse o caso. Em outro país, nossa pesquisa constatou que a sociedade civil em geral se sentia bem representada pela rede de OSC que participava do processo de NDC, embora houvesse a percepção de que as informações das organizações de base poderiam ter sido perdidas.
- Havia muitas indicações de que a participação das OSCs era muitas vezes superficial ou simbólica, e que o caráter consultivo era meramente uma formalidade. Em dois países, a participação das OSCs foi considerada ad hoc e "conforme necessário". Em um terceiro país, onde as consultas também pareciam ad hoc, os convites para participar de eventos públicos foram amplamente distribuídos, mas muitas vezes eram enviados com pouca antecedência e sem informações essenciais. Os próprios eventos baseavam-se, principalmente, na comunicação unidirecional dos responsáveis pela convocação, em vez de um verdadeiro diálogo. Em outro país, onde o governo e a sociedade civil se reuniram, recentemente, como parte deste estudo para discutir a revisão da NDC, verificou-se que a maioria das organizações da sociedade civil estava participando das atividades da NDC pela primeira vez, apesar das alegações de que os processos anteriores haviam sido abertos e inclusivos para a sociedade civil.

A inclusão nas NDCs é uma preocupação global

Embora os desafios destacados neste relatório se concentrem em estudos de caso em países de baixa e média renda onde a Oxfam tem atuação, deve ficar claro que o planejamento climático nacional no Norte Global também enfrenta muitos dos mesmos desafios. Outros estudos, que se concentraram em países mais ricos, refletem muitas das conclusões da Oxfam, como falhas no envolvimento de organizações comunitárias, falta de responsabilidade sobre como as propostas foram tratadas, e sugestões de que os processos se limitaram a informar ou consultar, muitas vezes ficando aquém das discussões deliberativas.³⁹ Além disso, a participação nas NDCs é fundamental para a busca de consenso e apropriação em todos os países e isso está se tornando cada vez mais um problema nas regiões mais ricas do mundo, onde o ceticismo em relação ao clima está aumentando.³⁹

Quem não esteve envolvido?

Em todos os estudos de países, muitas das partes interessadas que deveriam ter sido envolvidas - seja porque representam os mais afetados pelas mudanças climáticas ou pelas medidas de transição climática, seja porque têm conhecimentos especializados e percepções para contribuir - não o foram.

As partes interessadas entrevistadas para a pesquisa fizeram referência à ausência de determinados grupos da sociedade civil⁴⁰:

- comunidades e organizações comunitárias (nove países)
- organizações de direitos das mulheres (oito países)
- representantes de povos indígenas e comunidades tradicionais (cinco países)
- grupos comunitários de silvicultura, pescadores e cooperativas agrícolas (três países)
- grupos de direitos dos trabalhadores (dois países)
- representantes de pessoas com deficiência (dois países)
- jovens (dois países)
- organizações de direitos humanos (um país)

Embora a exclusão de qualquer um desses grupos seja considerada significativa, é particularmente preocupante o fato de que as comunidades e as organizações comunitárias foram excluídas em todos os países estudados, exceto em um. Dada a importância de garantir que a ação climática atenda às necessidades dos mais afetados pelas mudanças climáticas, essa conclusão pode ser vista como uma grande lacuna, estando de acordo com a afirmação da UNFCCC, em 2021, de que as comunidades são as partes interessadas menos consultadas, depois de analisar nove tipos diferentes de relatórios nacionais que são enviados regularmente.⁴¹ Embora não tenha sido especificamente mencionado pelos países que investigamos, é muito provável que, com uma estimativa de 2015 de que mais de 30 milhões de pessoas estão deslocadas em todo o planeta⁴², o conflito também tenha exacerbado a exclusão dos planos climáticos e das respostas climáticas em todo o mundo.

Os países que se debatem com conflitos violentos ou armados, muitos dos quais são também os mais vulneráveis ao clima,⁴³ têm uma capacidade institucional e recursos reduzidos para elaborar e implementar políticas climáticas, quanto mais para realizar consultas à comunidade ou implementar planos em áreas afetadas por conflitos.⁴⁴

O QUE IMPEDIU OU LIMITOU A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL?

A contribuição da sociedade civil não é valorizada

Na maioria dos estudos de países, foram entrevistados representantes do governo. Um deles constatou que os órgãos governamentais nem sempre têm uma visão clara da contribuição que a sociedade civil poderia dar para os processos nacionais de planejamento climático. Devido a esse mau entendimento, os governos não colaboram deliberadamente com a sociedade civil. Como mostra a Tabela 1, as percepções do governo, sobre a contribuição da sociedade civil, são muito inferiores ao que a própria sociedade civil acredita poder dar. Uma pesquisa realizada em outro país também constatou que os governos nem sempre sabem com quem devem colaborar na sociedade civil e, por vezes, recorrem a partes interessadas menos confiáveis ou legítimas da sociedade civil. Percepções divergentes sobre o papel da sociedade civil em tais processos também foram apontadas pelo Independent Institute for Environmental Issues, que discutiu as percepções do governo sobre o objetivo da participação em três países.⁴⁵ A pesquisa atual da Oxfam também revelou uma percepção entre alguns membros de um governo de que sua NDC refletia compromissos climáticos governamentais pré-existent e quadros de ação que haviam sido desenvolvidos anteriormente com as necessidades da comunidade em mente ou com a contribuição da sociedade civil. Assim, a participação da sociedade civil no próprio processo da NDC e, possivelmente, na implementação ou no monitoramento da NDC, não foi considerada necessária. Em três países, a Oxfam também ressaltou uma opinião de que as ONGs e OSCs participantes representavam automaticamente as comunidades locais e os povos indígenas, sugerindo a necessidade de ter atenção quando são feitas suposições sobre legitimidade e representatividade.⁴⁶

Tabela 1: Exemplo de percepções das partes interessadas sobre o valor da sociedade civil nos processos de NDC em um país

Percepções das OSCs sobre seu valor	Percepções do governo sobre o valor da sociedade civil
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver relacionamentos nos quais as parcerias para a ação climática possam se basear. • Apoiar a implementação, o monitoramento e a elaboração de relatórios sobre ações climáticas. • Contribuir para a pesquisa. • Desenvolver ferramentas para acompanhar a implementação. • Trazer as opiniões das comunidades e dos grupos vulneráveis e marginalizados para o processo. • Permitir o envolvimento de outras partes interessadas por meio do poder de convocação. • Aumentar a transparência e a prestação de contas do processo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Amplificar vozes diferentes. • Promover a inclusão. • Enriquecer o processo de NDC e seus resultados.

"Tínhamos tempo e orçamento muito limitados e precisávamos de informações para enquadrar o relatório de NDC o mais rápido possível".

Consultor apoiando o processo de revisão de NDC de um governo

A restrição do espaço cívico a participação

Em todos os países, o espaço cívico⁴⁸ foi, em diferentes graus, limitado. As restrições à capacidade da sociedade civil de se reunir ou de expressar opiniões em quatro dos países estudados, ou a criminalização explícita da sociedade civil em outro, limitaram a participação da sociedade civil nos processos nacionais de planejamento climático (e em outras áreas de ordem pública). No Brasil, a severa limitação da participação pública no processo de revisão em 2020 representou um retrocesso, ao passo que, em contrapartida, o primeiro processo de NDC em 2015, no governo anterior, foi considerado por muitos como relativamente aberto e inclusivo. Espera-se que a situação mude para melhor durante a próxima revisão, após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que lidera um governo bastante diferente, com um forte compromisso público com a inclusão e o combate à desigualdade.

A falta de RECURSOS do governo impediu os processos inclusivos

Os obstáculos críticos à participação incluíam a falta de dinheiro, tempo e recursos humanos disponíveis por parte dos governos para implementar processos inclusivos.

Em dois dos países pesquisados, os entrevistados relataram que os processos de NDC eram frequentemente caracterizados por recursos humanos e financeiros limitados por parte dos governos. Isso também é corroborado pelas próprias experiências da Oxfam na ampliação do engajamento da sociedade civil e da comunidade nos processos de revisão de NDC em Burkina Faso e Uganda.⁴⁹ A pesquisa constatou que, na prática, isso significava que os governos não tinham fundos suficientes para apoiar a logística necessária para permitir uma ampla participação das reuniões,

As metas e ações do governo devem ser apresentadas de maneira acessível, culturalmente apropriada e que atenda às comunidades locais. As partes interessadas não-partidárias podem desempenhar um papel principal ao permitir a implementação de políticas e ações concretas e personalizadas que se inserem nos contextos nacionais.

Carta aberta de partes interessadas não-partidárias do Sudeste Asiático⁴⁷

especialmente fora das capitais nacionais ou provinciais. Os processos de NDC foram considerados apressados e as consultas foram realizadas com aviso prévio insuficiente, dando pouco tempo para revisão e preparação. Também foi observado que os convites para participar de consultas públicas às vezes não eram claros quanto aos principais pontos de discussão. Isso limitou a oportunidade de participação efetiva da sociedade civil e das comunidades.

Os processos de consulta on-line, às vezes conduzidos como uma alternativa às reuniões presenciais, não permitiram necessariamente um engajamento significativo e não superaram as barreiras de acesso, devido ao acesso limitado à Internet ou ao custo proibitivo em muitos lugares.

Os processos de planos climáticos nacionais eram frequentemente considerados muito técnicos, o que era agravado pela falta de informações, como documentos preliminares compartilhados antes e durante as consultas, limitando a habilidade da sociedade civil de se preparar e fornecer contribuições de maneira adequada e ponderada.

As partes interessadas de quatro países também observaram que os processos de NDC geralmente careciam de mecanismos ou diretrizes claras para garantir a participação efetiva, estrutural, inclusiva e significativa da sociedade civil e das comunidades. Como resultado, a consulta pública às vezes parecia fragmentada e segmentada ou, em dois países, influenciada por conexões pessoais. Na prática, isso significou cronogramas pouco claros para consulta ou engajamento e uma falta de orientação sobre como e quando se engajar antecipadamente. Além disso, houve inconsistência ao longo do tempo na forma como os governos se engajaram com a sociedade civil, porque o engajamento era discricionário e, às vezes, os pontos focais das NDCs mudavam entre ministérios ou agências governamentais.

A sociedade civil carecia de capacidade e recursos

Juntamente com os desafios dos governos para garantir planos climáticos inclusivos, as comunidades e a sociedade civil também enfrentaram obstáculos que dificultaram sua participação.

A pesquisa da Oxfam constatou que o conhecimento sobre a natureza e a importância dos planos climáticos nacionais e os impactos que eles terão em áreas de grande preocupação para a sociedade civil e para as comunidades afetadas pelo clima (como transformação agrícola e do uso da terra, energia doméstica e resiliência das comunidades) é, em geral, bastante limitado na sociedade civil, especialmente em um nível comunitário. Esse é o caso mesmo em países onde outras partes da sociedade civil, especialmente ONGs ambientais ou "climáticas", estão ativamente engajadas em questões climáticas. Essa lacuna de conhecimento pode limitar a habilidade da sociedade civil mais ampla de se engajar em processos nacionais de planejamento climático ou o grau de interesse e solicitação de inclusão em tais processos. Os entrevistados enfatizaram que a conscientização sobre as mudanças climáticas e sobre o impacto em toda a economia das medidas planejadas de mitigação e adaptação é limitada na sociedade civil, especialmente entre os grupos não focados em questões climáticas.

A sociedade civil desenvolve sua própria capacidade de se engajar no processo de NDC em Burkina Faso

Os parceiros da Oxfam em Burkina Faso se reuniram em uma "Aliança People's NDC", incluindo o grupo titular nacional de ONG (SPONG), a rede nacional de mulheres rurais, organizações de jovens, jornalistas ambientais e outros para ler e analisar as NDCs de Burkina Faso. As treze OSCs leram e analisaram e depois, com uma rede mais ampla, formularam recomendações sobre adaptação e participação para uma NDC mais ambiciosa, usando a ferramenta "People's NDC"⁵⁰ desenvolvida pela Climate Land Ambition and Rights Alliance (CLARA) para apoiar a autoeducação e a mobilização de grupos em torno de planos climáticos nacionais. A aliança agora está bem preparada para participar do segundo processo de revisão de NDC em 2024.

Outro desafio observado em vários dos estudos foi que os recursos humanos e financeiros limitados afetam a habilidade das OSCs de se engajarem nos processos nacionais de planejamento climático, especialmente no caso das organizações comunitárias. Por exemplo, nossa pesquisa constatou que as OSCs podem não ter fundos para viajar até as reuniões (o que é problemático se os governos também não puderem cobrir esses custos), ou não ter pessoal disponível para participar de processos de consulta ou para coordenar com seus membros ou parceiros comunitários. O idioma usado nos processos de consulta também pode limitar a participação, principalmente quando os idiomas oficiais usados nos processos de planejamento climático nacional não são amplamente falados na comunidade.

Essas questões podem estar entre as mais simples de serem abordadas em futuros planos de apoio, dada a ampla gama de recursos técnicos e de financiamento climático que estão sendo implementados para apoiar os processos de NDC, especialmente por meio da NDC Partnership,⁵¹ a principal iniciativa global que fornece assistência técnica e financiamento aos processos de NDC. Além das várias iniciativas locais adotadas por doadores bilaterais em todo o mundo, outras iniciativas globais importantes que podem alocar financiamento adicional para apoiar e promover níveis mais profundos de inclusão nos processos de revisão das NDCs incluem o programa Promessa Climática do PNUD e o programa de Preparação do Fundo Verde para o Clima, que, de acordo com sua estratégia de 10 anos, prioriza o "engajamento significativo das partes interessadas".⁵²

Em alguns países, as partes interessadas observaram que os atores da sociedade civil podem desconfiar uns dos outros e demonstrar uma colaboração, interação e comunicação muito limitadas. Isso limita sua habilidade de trabalhar em conjunto de forma eficaz nos processos nacionais de planejamento climático. Além disso, as OSCs mais engajadas nesses processos têm conhecimento e experiência em mudanças climáticas e meio ambiente, mas podem não ter, por exemplo, conhecimento e sensibilidade quando se trata de outras questões, como agricultura, direitos à terra, conflitos e fragilidade, direitos humanos e igualdade de gênero, todas elas ligadas a questões de justiça climática. Elas também podem não ter o conhecimento econômico profundo necessário, incluindo um bom entendimento de como as políticas econômicas e financeiras são elaboradas.

A participação significa influência?

Independentemente de como a sociedade civil foi capaz de participar dos processos nacionais de planejamento climático, o grau em que a participação da sociedade civil influenciou os resultados desses processos foi muitas vezes limitado ou pouco claro. Por exemplo, o consenso alcançado por grupos de trabalho ou equipes técnicas (mesmo quando envolviam a sociedade civil) nem sempre se refletia na NDC final. As partes interessadas de dois países observaram especificamente que importantes recomendações da sociedade civil sobre a inclusão de mitigação com foco no setor foram ignoradas. Além disso, os governos em nosso estudo geralmente não explicaram se, e como as contribuições feitas pela sociedade civil foram incorporadas às NDCs.

Nossa pesquisa constatou que há pouca transparência e responsabilidade em relação à sociedade civil ou às comunidades locais, embora haja exceções. Na Zâmbia, foram realizados workshops com todas as partes interessadas para validar os resultados do processo de NDC e, no Senegal, o governo organizou sessões de validação com várias OSCs, inclusive com o COMNACC, o Comitê Nacional para as Mudanças Climáticas, que reúne atores não estatais no Senegal. Uma consulta significativa e a construção de uma ampla propriedade no processo e no resultado devem exigir que o governo comunique a todas as partes interessadas como suas contribuições foram consideradas na elaboração de NDC. Sem essa responsabilidade, a participação das NDCs corre o risco de ser superficial e simbólica.

CONCLUSÕES

Embora as perspectivas da sociedade civil e da comunidade provavelmente não tenham sido excluídas intencionalmente na maioria dos casos, a pesquisa realizada sugere uma falta de intenção, conhecimento, estrutura e recursos suficientes para permitir a participação inclusiva e eficaz da sociedade civil e das comunidades afetadas pelo clima nos processos nacionais de planejamento climático. O quadro que emerge dessas descobertas é aquele em que a inclusão genuína depende de três fatores:

- Os governos devem entender e se comprometer com a participação significativa da sociedade civil e das comunidades, em vez de oferecer oportunidades superficiais de consulta como um exercício de "caixa de seleção".
- A sociedade civil e as comunidades precisam ter acesso a espaços de consulta, capacidade e conhecimento para aproveitar a oportunidade de participar dos processos de NDC.
- As NDCs tratam da reforma dos sistemas econômicos, sociais e políticos nacionais para a criação de um futuro mais sustentável. Oferecem uma oportunidade de combater a desigualdade que anda de mãos dadas com as mudanças climáticas. Um entendimento comum de que as NDCs oferecem essa oportunidade ajudará a construir coletivamente um futuro igualitário e sustentável para todos. Ao fazer isso, as NDCs podem reunir governos, comunidades e toda a sociedade.

RECOMENDAÇÕES

O clima está mudando e isso afetará a todos nós, mas aqueles que menos contribuíram para causar a crise climática são os que mais sofrem.⁵³ As recomendações seguintes indicam maneiras pelas quais as diferentes partes interessadas podem ajudar a garantir que toda a sociedade e não somente os governos, participe do esforço para limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C e se adapte aos impactos das mudanças climáticas de uma forma que, ao mesmo tempo, reduza e não reforce as desigualdades, melhore a vida das pessoas e obtenha apoio público.

RECOMENDAÇÕES PARA A UNFCCC

- No escopo da tomada de decisões sobre os recursos das NDCs na COP29 em 2024, ⁵⁵ exigir que todas as NDCs sejam genuinamente e comprovadamente participativas para ajudar a construir a ambição exigida pelo GST, ⁵⁶ defender soluções locais e garantir que as necessidades dos mais afetados pelas mudanças climáticas sejam priorizadas. Por exemplo, pode ser desenvolvido um benchmark robusto dessa participação, que deve ser incluído nas declarações das NDCs para garantir uma participação mais pertinente dos grupos que atualmente são excluídos ou que têm participação limitada.
- Exigir que as NDCs reflitam comprovadamente as necessidades expressas das pessoas mais afetadas pelas mudanças climáticas em seus planos e orçamentos para gerar uma meta financeira global mais confiável (NCQG).

As soluções sustentáveis e justas para a crise climática têm de se basear em um diálogo social pertinente e eficaz e na participação de todas as partes interessadas, incluindo povos indígenas, comunidades e governos locais, mulheres, jovens e crianças.

Resultado do primeiro balanço global (parágrafo 9)⁵⁴

RECOMENDAÇÕES PARA OS GOVERNOS

- Melhorar a transparência dos processos de tomada de decisão das NDCs no período que antecede o prazo de 2025 para as NDCs revisadas e depois no processo de implementação. Relatório sobre a estrutura e a implementação das NDCs e seu impacto nas metas de desenvolvimento do país.
- Estabelecer mecanismos ou benchmarks de acordo com o Acordo de Paris e o Livro de Regras de Paris ("Paris Rulebook") que se refiram à inclusão e à participação de povos indígenas, comunidades locais, mulheres, jovens e outros grupos marginalizados. Esses mecanismos devem garantir e demonstrar que os processos das NDCs são participativos e inclusivos e podem incluir:
 1. facilitar o engajamento e a participação, seja diretamente ou por meio da sociedade civil.
 2. identificar obstáculos à participação relacionados às normas de gênero, raça, deficiência, idioma, fatores econômicos e culturais, pobreza, idade, conflitos e outros fatores, e fazer ajustes para superar esses obstáculos.⁵⁷
 3. Mostrar como as contribuições da sociedade civil e da comunidade foram consideradas no processo.

- Assegurar a elaboração de políticas e estratégias para abordar as desigualdades existentes e priorizar as populações mais vulneráveis. Incorporar princípios de igualdade e justiça social no desenvolvimento das NDCs, considerando as necessidades e perspectivas das comunidades marginalizadas, especialmente as afetadas pelas mudanças climáticas, e por medidas de combate às mudanças climáticas.
- Oferecer recursos adequados e capacitação para permitir que todas as partes interessadas participem efetivamente do processo das NDCs, especialmente nas áreas afetadas pelo clima e entre os grupos constituintes potencialmente afetados pelas medidas de combate às mudanças climáticas.
- Esforçar-se por assegurar uma abordagem que abranja toda a sociedade no planejamento, monitoramento e implementação das medidas climáticas a nível nacional, reconhecendo que as medidas consideradas terão impactos diferentes, com base na etnia, no gênero, na raça, na localização geográfica e na situação econômica.
- Garantir que os compromissos assumidos nas NDC de cada país ajudem a alcançar a justiça climática e a reduzir a desigualdade, inclusive abordando questões de injustiças raciais, de gênero e socioeconômicas.

RECOMENDAÇÕES PARA AS AGÊNCIAS DA ONU, AGÊNCIAS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E DOADORES

- Apoiar os governos em todos os níveis com assistência técnica e capacitação especificamente para desenvolver e implementar NDCs participativas, inclusivas e centradas nas pessoas.
- Como apoio contínuo aos processos das NDCs, seja na revisão, no monitoramento ou na implementação, auxiliar na participação de todas as partes interessadas, especialmente as comunidades marginalizadas, os jovens e as mulheres, e tomar medidas para remediar a situação quando isso não acontecer.
- Facilitar o compartilhamento de conhecimentos e aprendizados entre pares nos vários países para promover práticas recomendadas no desenvolvimento e na implementação de NDCs inclusivas.
- Dar financiamento para apoiar a sociedade civil local a participar do planejamento climático e, especificamente, dos processos das NDCs, inclusive para implementar as "recomendações para a sociedade civil" indicadas abaixo.

RECOMENDAÇÕES PARA A SOCIEDADE CIVIL

- Defender que os governos estabeleçam mecanismos ou diretrizes que garantam a criação de processos participativos e inclusivos das NDCs, tanto na revisão de planos quanto no monitoramento e na implementação dos mesmos.
- Monitorar a elaboração e a implementação das NDCs para garantir que sejam inclusivas e centradas nas pessoas.

- Buscar formas inovadoras de fazer parceria com os governos para tornar os processos das NDCs mais inclusivos e centrados nas pessoas.
- Antes das discussões sobre as NDCs, comunicar com as redes e alianças para se preparar para os processos das NDCs, inclusive para desenvolver posições compartilhadas sobre as ações necessárias para mitigação e adaptação e para promover os interesses das diversas partes vitais da sociedade representadas coletivamente por essas redes.
- Estabelecer parcerias com organizações comunitárias, grupos de defesa dos direitos humanos e das mulheres, povos indígenas, agricultores, pescadores e suas comunidades, entre outros, para garantir que as contribuições para os processos das NDCs reflitam as necessidades das pessoas mais vulnerabilizadas às mudanças climáticas e promovam os direitos humanos e a igualdade de gênero.
- Nos casos em que o conhecimento das comunidades afetadas pelo clima e da sociedade civil, além dos grupos ambientalistas, for baixo, promover o aumento da conscientização sobre as mudanças climáticas, as implicações da iminente transição climática e os pontos para consulta e envolvimento nas NDCs, nos planos nacionais de adaptação (PNA), e outros processos climáticos relevantes.

Entre os recursos úteis está a ferramenta "People's NDC"⁵⁸ da aliança CLARA, criada para ajudar a sociedade civil e os grupos indígenas a entenderem e se envolverem nos planos nacionais de resposta às mudanças climáticas. A "Climate Toolbox" da NDC Partnership também é um recurso rico em materiais úteis para o governo e a sociedade civil.⁵⁹

NOTAS

- ¹ UNFCCC. (2023). 2023 NDC Synthesis Report. Obtido em 7 de janeiro de 2024 em <https://unfccc.int/ndc-synthesis-report-2023>
- ² UNFCCC. (2023). First global stocktake. Proposal by the President Draft decision -/CMA.5. Obtido em 7 de janeiro de 2024 em https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cma2023_L17_adv.pdf
- ³ Para uma reflexão mais aprofundada sobre o potencial das NDC para ajudar a transformar a agricultura, consultar World Resources Institute (2019). Enhancing NDCs: Opportunities in agriculture. Obtido em 14 de janeiro de 2024 em <https://policy-practice.oxfam.org/resources/enhancing-ndcs-opportunities-in-agriculture-620922/>
- ⁴ De acordo com o Land Gap Report, "os governos propuseram aproximadamente 1 bilhão de ha (hectares) de terra para a remoção de carbono baseado na terra como parte de suas promessas de mitigação climática" The Land Gap Report. (2023). Land Gap Report Briefing Note 2023 Update. Obtido em 7 de janeiro de 2024 em <https://landgap.org/2023/update>
- ⁵ Preamble, UN. (2015). Preamble Paris Agreement. Obtido em 7 de janeiro de 2024 em https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf
- ⁶ Isso se aplica apenas aos signatários do Acordo de Paris. Os países que não assinaram são o Irã, a Líbia, a Eritreia e o Iêmen.
- ⁷ UN. (2015) Paris Agreement Article 4, paragraph 2: Obtido em 7 de janeiro de 2024 em https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf
- ⁸ Dencer-Brown, A.M., Shilland, R., et al. (2022). 'Integrating blue: How do we make nationally determined contributions work for both blue carbon and local coastal communities?' *Ambio* 51 (9), 1978–1993. See also Daniel Barragan and Olimpia Castillo Blanco. 'Importancia del Acuerdo de Escazu para garantizar el derecho a la información, transparencia y participación ciudadana en los procesos de NDC' in *Una mirada a las NDC de América Latina y su actualización en un contexto de crisis múltiple*, Observatorio Latinoamericano para la Acción Climática (2023).
- ⁹ Artigo 21.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos; Artigo 25.º do Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos; Artigo 12.º da Convenção sobre os Direitos da Criança; Artigo 7.º da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; Artigo 29.º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Também a Convenção sobre Acesso à Informação, Participação Pública no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria Ambiental, de 1998, comumente conhecida como Convenção de Aarhus, e o Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Justiça em Matéria Ambiental na América Latina e no Caribe, de 2018, também conhecido como Acordo de Escazú.
- ¹⁰ United Nations Sustainable Development Goals. Obtido em <https://sdgs.un.org/goals/goal16>
- ¹¹ UNFCCC. (2023). Paragraphs 9, 116, 158 in Outcome of the first global stocktake. Obtido em 7 de janeiro de 2024 em <https://unfccc.int/documents/631600>
- ¹² Decision 4/CMA.1 , or the Paris Rulebook. Obtido em https://unfccc.int/sites/default/files/resource/4-CMA.1_English.pdf , Annex 1
- ¹³ UNFCCC. (2023c). Summary of the intersessional workshop to develop elements and inform the work of the joint contact group of the first global stocktake under the Paris Agreement. Obtido em 7 de janeiro de 2024 em <https://unfccc.int/documents/632959>
- ¹⁴ UN. (2015). Paris Agreement. Obtido em 7 de janeiro de 2024 em https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf
- ¹⁵ IPCC. (2022). Working Group II Contribution to the IPCC Sixth Assessment Report on Climate Change Impacts, Adaptation and Vulnerability, Summary for Policy Makers , para D.2.1.. Obtido em 7 de janeiro de 2024 em https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/report/IPCC_AR6_WGII_SummaryForPolicymakers.pdf
- ¹⁶ Ver nota 6: Dencer-Brown, A.M., Shilland, R., et al..
- ¹⁷ Hofman, E. and van der Gaast, W. (2018). 'Enhancing ambition levels in nationally determined contributions—Learning from Technology Needs Assessments'. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Energy and Environment*, 8(1), p.e311.

- ¹⁸ Miguel Ramirez, A. (2019). Dialoguemos NDC: A participatory process for NDC implementation in Peru, NDC Partnerships. Dialoguemos NDC. Obtido em 18 dezembro de 2023 em <https://ndcpartnership.org/knowledge-portal/good-practice-database/dialoguemos-ndc-participatory-process-ndc-implementation-peru>
- ¹⁹ Wijenayake, V., Mombauer, D., Singh, P.M. and Nadiruzzaman, M. (2020). 'Policy gaps and needs analysis for the implementation of NDCs on adaptation and loss and damage in Bangladesh, Nepal, and Sri Lanka'. APN Science Bulletin, 10(1). <https://www.apn-qcr.org/bulletin/article/policy-gaps-and-needs-analysis-for-the-implementation-of-ndcs-on-adaptation-and-loss-and-damage-in-bangladesh-nepal-and-sri-lanka/>
- ²⁰ Climate Action Network Tanzania. (2021)., Position Paper: Local community participation in energy sector, a catalyst towards renewable energy breakthrough to sustainable development in Tanzania. Obtido em 8 de janeiro de 2024 em <https://www.cantz.or.tz/file/faeb2e99e1efae0731a4c6930915ad53>
- ²¹ Figari, A. and Vega, J.L. (2018). Paving the way for success: a comprehensive participatory process for NDC implementation in Peru. NDC Partnership. Obtido em 8 de fevereiro de 2024 em <https://ndcpartnership.org/knowledge-portal/good-practice-database/paving-way-success-comprehensive-participatory-process-ndc-implementation-peru>
- ²² UNESCO. (2020). Integrating Action for Climate Empowerment into Nationally Determined Contributions: A short guide for countries. UNCC. Obtido em 7 de janeiro de 2024 em https://unfccc.int/sites/default/files/resource/Guide_Integrating%20ACE%20into%20NDCs.pdf
- ²³ ibid
- ²⁴ UNFCCC. (2023b). Technical dialogue of the first global stocktake: Synthesis report by the co-facilitators on the technical dialogue. Obtido em 7 de janeiro de 2024 em <https://unfccc.int/documents/631600>
- ²⁵ UNDP. (2021a). Nationally Determined Contributions (NDC) Global Outlook Report 2021: The State of Climate Ambition. Obtido em 7 de janeiro de 2024 em <https://www.undp.org/publications/nationally-determined-contributions-ndc-global-outlook-report-2021-state-climate-ambition>
- ²⁶ UNFCCC. (2023). 2023 NDC Synthesis Report. Obtido em 7 de janeiro de 2024 em <https://unfccc.int/ndc-synthesis-report-2023>
- ²⁷ UNFCCC. (2021). Executive Summary by the Standing Committee on Finance of the First Report on the determination of the needs of developing country Parties related to implementing the Convention and the Paris Agreement. Obtido em 7 de janeiro de 2024 em <https://unfccc.int/topics/climate-finance/workstreams/determination-of-the-needs-of-developing-country-parties/first-report-on-the-determination-of-the-needs-of-developing-country-parties-related-to-implementing>
- ²⁸ Os Planos Nacionais de Energia e Clima (PNEC) são a estrutura para que os Estados-Membros da UE definam suas metas, políticas e medidas climáticas e energéticas. São eles que enquadram a NDC da UE.
- ²⁹ The Danish Institute For Human Rights. (2023). Human rights in climate actions. Obtido em 7 de dezembro de 2023 em <https://www.humanrights.dk/publications/human-rights-climate-actions>
- ³⁰ International Climate Initiative. (2021) On the road to 2025- Lessons for effective NDC update support. GIZ. Obtido em 7 de fevereiro de 2024 em <https://www.international-climate-initiative.com/en/iki-media/publication/on-the-road-to-2025-lessons-for-effective-ndc-update-support-1624/>
- ³¹ Oxfam. (2022). Towards a Just Energy Transition <https://policy-practice.oxfam.org/resources/towards-a-just-energy-transition-implications-for-communities-in-lower-and-mid-621455/>
- ³² Ao contrário das NDC, as estratégias de desenvolvimento de longo prazo com baixa emissão de gases de efeito estufa (LTS) não são obrigatórias no âmbito do Acordo de Paris, mas são incentivadas a enquadrar melhor os esforços em direção à meta de longo prazo (Artigo 4.º, parágrafo 19, do Acordo de Paris: https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf)
- ³³ A Promessa Climática do PNUD afirma ser a maior oferta única de apoio do mundo para o aprimoramento das promessas climáticas nacionais, apoiando 120 países e 80% dos países em desenvolvimento. <http://climatepromise.undp.org>
- ³⁴ Especialmente por meio da NDC Partnership, uma coalizão global que oferece assistência técnica e financiamento para ajudar os países a cumprir seus compromissos climáticos nacionais. A NDC Partnership mobilizou um total de 51 milhões de dólares americanos em apoio às atualizações de NDC 2020/2021 <https://enhancement.ndcpartnership.org/>
- ³⁵ As organizações especializadas são uma categoria vasta e também se referem a ONG especializadas, como ONG internacionais especializadas em conservação.

- ³⁶ UNFCCC. (2023). 2023 NDC Synthesis Report.. Acessado em 28 de janeiro de 2024. Ver parágrafo 21. <https://unfccc.int/ndc-synthesis-report-2023>
- ³⁷ As primeiras NDC, muitas vezes chamadas de NDC provisórias, foram apresentadas em 2015. Cada país deve, então, revisar sua NDC a cada cinco anos. Para mais informações sobre essa matéria, consultar <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/nationally-determined-contributions-ndcs>
- ³⁸ Donges, L., Stolpe, F., Sperfeld, F. and Kovac, S. (2021). Building civic space for people centered climate action? Opportunities and limitations of civil society participation in climate policy-making in nine countries. Independent Institute for Environmental Issues. Berlin
- ³⁹ Populists seek dividends from a climate change backlash, Financial Times 25/11/2023
- ⁴⁰ Esses resultados devem ser vistos como um indicativo geral dos tipos de grupos que são excluídos, e não como uma pesquisa precisa de quem foi excluído. Os pesquisadores não usaram uma lista padrão para verificar quem esteve envolvido, mas perguntaram aos inquiridos se haviam sido deixados de fora grupos "relevantes".
- ⁴¹ Ver nota 25
- ⁴² Bloomberg. Obtido em 7 de janeiro de 2024 em <https://www.bloomberg.com/graphics/2015-ungoverned-world/>
- ⁴³ Todos os 37 países classificados pelo Banco Mundial como frágeis e afetados por conflitos. encontram-se no último quarto dos países mais vulneráveis às mudanças climáticas. Ver Oxfam. (2023). Forgotten frontlines: looking at the climate finance going to fragile and conflict affected states in 2019-20. Obtido em 7 de janeiro de 2024 em <https://www.oxfam.org/en/press-releases/for-gotten-frontlines-looking-climate-finance-going-fragile-and-conflict-affected>
- ⁴⁴ UNDP. (2020). A typology and analysis of climate-related security risks in the first round Nationally Determined Contributions. Obtido em 5 de janeiro de 2024 em <https://www.undp.org/publications/typology-and-analysis-climate-related-security-risks-first-round-nationally-determined-contributions>
- ⁴⁵ Donges, L., Stolpe, F., Sperfeld, F. and Kovac, S. (2020): Civic space for participation in climate policies in Colombia, Georgia and Ukraine. Independent Institute for Environmental Issues. Berlin
- ⁴⁶ Embora os termos ONG e OSC sejam usados de forma intercambiável em alguns contextos, há um reconhecimento, também na UNFCCC, de que as comunidades locais e os povos indígenas devem ser reconhecidos como grupos distintos (consulte <https://lcipp.unfccc.int/>). Embora algumas OSC possam representar as opiniões das comunidades locais, nem sempre é esse o caso.
- ⁴⁷ Balanço global independente. Carta aberta: "Líderes do Sudeste Asiático pedem ação climática ousada na COP28" <https://climateworks.org/wp-content/uploads/2023/11/SEA-Open-Letter.pdf>
- ⁴⁸ De acordo com o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, "o espaço cívico permite que indivíduos e grupos contribuam para a elaboração de políticas que afetam suas vidas, inclusive por meio de: acesso a informações, colaboração em diálogo, expressão de discordância ou desacordo e reunião para expressar suas opiniões." Para mais informações sobre a deterioração do espaço cívico, ver <https://www.ohchr.org/en/civic-space> and https://monitor.civicus.org/globalfindings_2023/
- ⁴⁹ Da pesquisa não publicada da Oxfam para esse documento com inquiridos principais em Uganda e Burkina Faso.
- ⁵⁰ NDC Partnership. Obtido em <http://www.ndcpartnership.org> (versão em espanhol aqui: <https://www.ndcdemipueblo.org/> versão em francês aqui: <https://lacndupeuple.org/>)
- ⁵¹ <http://www.ndcpartnership.org>
- ⁵² Green Climate Fund. [2023]. Readiness and Preparatory Support Programme Guidebook. Obtido em 7 de janeiro de 2024 em <https://www.greenclimate.fund/document/readiness-and-preparatory-support-guidebook>
- ⁵³ Oxfam International. (2023). Climate Equality: A planet for the 99%. Oxfam Policy & Practice. Obtido em 20 de novembro de 2023 em <https://policy-practice.oxfam.org/resources/climate-equality-a-planet-for-the-99-621551/>
- ⁵⁴ UNFCCC. (2023d).
- ⁵⁵ Parágrafo 20, Decisão 4/CMA.1, ou o "Paris Rulebook" https://unfccc.int/sites/default/files/resource/4-CMA.1_English.pdf
- ⁵⁶ U UNFCCC. (2023). New Analysis of National Climate Plans: Insufficient Progress Made, COP28 Must Set Stage for Immediate Action. Obtido em 7 de janeiro de 2024 em <https://unfccc.int/news/new-analysis-of-national-climate-plans-insufficient-progress-made-cop28-must-set-stage-for-immediate>.

⁵⁷ Pode consultar orientações mais detalhadas em United Nations Human Rights. (2022). Integrating Human Rights In Nationally Determined Contributions A Toolkit For Practitioners. Obtido em 2 de janeiro de 2024 em https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/issues/climatechange/publications/2022-12-09/Integrating-Human-Rights-in-Nationally-Determined-Contributions_Toolkit-for-Practitioners.pdf

⁵⁸ The Clara Guide to Nationally Determined Contributions. Obtido em <http://peoplesndc.org>

⁵⁹ NDC Partnership (n.d.). About the Climate Toolbox | NDC Partnership. Obtido em 7 de janeiro de 2024 em <https://ndcpartnership.org/knowledge-portal/climate-toolbox/about>

Metodologia de pesquisa

Esse breve relatório se baseia nos resultados de uma investigação em vários países. A Oxfam encomendou uma pesquisa em 11 países, onde a Oxfam não tem se envolvido ativamente nos processos de NDC (em sua maioria), mas onde implementa programas de justiça climática. Os países são Bangladesh, Brasil, Camboja, Chade, Indonésia, Quênia, Moçambique, Território Palestino Ocupado, Senegal, Zâmbia e Zimbábue.

Os grupos de pesquisa de cada país usaram uma série de métodos, incluindo análises de escopo, entrevistas com partes interessadas, pesquisas e outras ferramentas, para responder às principais perguntas da pesquisa. Os estudos ao nível nacional foram documentados em relatórios e revisados pelos pares, a fim de garantir a abrangência e a precisão dos resultados.

As perguntas consideradas no processo de pesquisa incluíam as seguintes:

Como é que as NDC foram desenvolvidas? Como é que a sociedade civil foi consultada?

Quanto espaço foi dado à sociedade civil para influenciar e participar? As perspectivas da sociedade civil foram propositadamente excluídas ou deixadas de lado?

Os grupos relevantes foram incluídos? Alguns grupos relevantes que deveriam ter sido incluídos foram deixados de fora?

O processo respeitou o direito dos povos indígenas ao consentimento livre, prévio e informado (CLPI)?

A participação da sociedade civil nos processos das NDC foi suficiente?

Os processos de consulta promoveram a transparência, minimizaram a desigualdade e evitaram o exercício de influência econômica ou política indevida na elaboração e implementação das NDC?

Além do acima exposto, a Oxfam também reuniu informações e análises ao nível nacional de três países nos quais esteve ativamente envolvida em processos das NDC - Burkina Faso, Peru e Uganda. Essas revisões avaliaram as experiências da Oxfam e de nossos parceiros com os processos das NDC. Embora as análises desses países não tivessem como objetivo direto entender como as NDC foram participativas e inclusivas, conseguimos extrair delas importantes percepções sobre os processos das NDC



OXFAM

OXFAM

A Oxfam é uma confederação internacional de 21 organizações, que trabalha com parceiros e aliados e alcança milhões de pessoas em todo o mundo. Juntos, combatemos as desigualdades para acabar com a pobreza e a injustiça, agora e a longo prazo - para um futuro justo. Para obter mais informações, envie uma carta para qualquer uma das agências ou acesse www.oxfam.org.

Oxfam America (www.oxfamamerica.org)

Oxfam Aotearoa (www.oxfam.org.nz)

Oxfam Australia (www.oxfam.org.au)

Oxfam-in-Belgium (www.oxfamsol.be)

Oxfam Brasil (www.oxfam.org.br)

Oxfam Canada (www.oxfam.ca)

Oxfam Colombia (lac.oxfam.org/countries/colombia)

Oxfam France (www.oxfamfrance.org)

Oxfam Germany (www.oxfam.de)

Oxfam GB (www.oxfam.org.uk)

Oxfam Hong Kong (www.oxfam.org.hk)

Oxfam IBIS (Denmark) (www.oxfamibis.dk)

Oxfam India (www.oxfamindia.org)

Oxfam Intermón (Spain) (www.oxfamintermon.org)

Oxfam Ireland (www.oxfamireland.org)

Oxfam Italy (www.oxfamitalia.org)

Oxfam Mexico (www.oxfammexico.org)

Oxfam Novib (Netherlands) (www.oxfamnovib.nl)

Oxfam Québec (www.oxfam.qc.ca)

Oxfam South Africa (www.oxfam.org.za)

KEDV (www.kedv.org.tr)